

ANÁLISE DOS CONFLITOS DE TERRA NO RIO GRANDE DO SUL DURANTE O FINAL DO PERÍODO IMPERIAL E PERÍODO INICIAL DA REPÚBLICA

CARLOS EDUARDO EGGER¹; NICOLE MACHADO CARDOSO²; JOSÉ RICARDO KREUTZ³

¹*Universidade Federal de Pelotas – carloseduardoeggers@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – nicolecardozo1@outlook.com*

³*UFPel – jrkreutz@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A seguinte análise foi feita partir de uma linha investigativa resultante da execução do Projeto de Pesquisa “Histórias Campesinas como movimentos aberrantes: um estudo sobre a vida e o cotidiano dos camponeses no Brasil” aprovado pela Pró-reitoria de Pesquisa da UFPel sob o código 5403 com vigência de execução entre 2023 e 2025. Deste Projeto, estamos desenvolvendo um artigo, ainda no prelo, intitulado “Movimentos aberrantes e a luta por terra: um diálogos entre a filosofia da diferença e os campesinos excluídos”. Este artigo vem sendo desenvolvido pelo grupo TELURICA (Territórios de Experimentações em Limiares Urbanos e Rurais: In(ter)venções em Coexistências Autorais), idealizado pelo Professor Dr. José Ricardo Kreutz. A continuidade dos estudos se deu após ser desafiado pelos alunos Arthur e Diulia a dar continuidade à pesquisa realizada do seu estágio pós-doutoral. Atualmente o grupo é composto pelos integrantes Arthur Righi Cenci, Diulia Hüttner Wolter, Carlos Eduardo Eggers, Nicole Machado Cardoso e Gustavo Warken Borges. É uma fase inicial da pesquisa onde entendemos que o movimento aberrante colonial nos dá um primeiro indício dos excluídos da terra dos dias de hoje. A ideia é que em fases posteriores da pesquisa, possamos investigar o período da imigração/branqueamento e também os movimentos sem terra contemporâneos.

Este estudo busca compreender quem eram os camponeses no Rio Grande do Sul colonial e as formas de resistência desta população. Atualmente ainda existe um senso comum sobre este período histórico com fortes traços identitários, de que a sociedade sulista era composta por proprietários estancieiros e seus trabalhadores livres, peões (“gaúchos”), pelos proprietários de charqueadas e seus escravizados e os camponeses, os quais são apenas identificados como açorianos emigrantes e seus descendentes (OSÓRIO, 2008).

Durante o período colonial, os camponeses no Rio Grande do Sul enfrentaram diversas dificuldades, como a luta por terras e a resistência contra as imposições dos grandes proprietários. O apoderamento de terras dos camponeses e a sujeição destes à compra ou ao pagamento dessas terras que eles já possuíam durou anos. Um exemplo desta situação é a história de Manoel Rodrigues Cerpa, que vivia das suas lavouras e animais em Torotama. Porém o capitão de dragões Manuel Marques de Souza solicitou ao governador a posse destas terras, as quais foram concedidas, mas mesmo após essa garantia, o militar passou a fazer ameaças de expulsão às famílias que ali viviam caso elas não lhe pagassem um arrendamento. (OSÓRIO, 2008).

Ademais, a população cabocla também sofreu com a perda de suas terras. No norte do estado, existiam várias comunidades caboclas que usavam terras públicas de forma coletiva. Muitas vezes sem se fixar em um lugar específico, percorrendo os

ervais e vivendo do extrativismo. Porém com a Lei de Terras e a chegada de imigrantes europeus, eles foram perdendo o direito de uso a essas terras, tanto por perda de territórios ocupados, quanto por privatização de terras públicas às quais tinham o direito de uso. (ARDENGHI, 2007).

Ao relacionarmos as formas de resistência dos camponeses com os movimentos aberrantes, os quais são classificados como uma anomalia no ponto de vista exterior por não seguirem a norma estabelecida (LAPOUJADE, 2015), podemos ver suas práticas de resistências como movimentos aberrantes, que desafiam o dominante e criando novas formas de existência, resistência e sobrevivência.

Diante do que foi exposto, o presente trabalho tem como objetivo abordar a forma de resistência dos camponeses, assim como as formas contra-hegemônicas de organização, através da ótica dos movimentos aberrantes proposta por Lapoujade. Permitindo assim, compreender as formas de subjetividade da população campesina.

2. METODOLOGIA

O presente estudo tem como metodologia de pesquisa a revisão narrativa da história dos camponeses e soldados Rio grandenses. Foram utilizadas revisões bibliográficas de livros e artigos, os quais foram pesquisados pelos colaboradores do grupo TELURICA.

Entre as fontes utilizadas vale ressaltar o livro *Formas de Resistência Camponesa: Visibilidade de Conflitos ao Longo da História* (2008), em específico o capítulo dois escrito por Helen Osório e o capítulo A questão da terra na ocupação do norte: caboclos, ervateiros e coroneis escrito por Lurdes Ardenghi.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Começamos a análise destacando que ainda hoje existe uma forte associação da figura do camponês aos imigrantes europeus e seus descendentes. Apesar deles fazerem parte de um contingente importante, eles não eram exclusivos (OSÓRIO, 2008). A população cabocla também faz parte do campesinato, embora não sejam consideradas assim por conta de questões étnico-sociais.

A historiografia ignorou de forma cautelosa os conflitos que precederam a ocupação e a apropriação de terras no período colonial, segundo OSÓRIO (2008), isso ocorreu baseado em dois pontos: a da presença em grande escala de terras livres e da sua acessibilidade a qualquer um que decidisse tomar sua posse, e a segunda, é de que os conflitos vivenciados pela população colonia era exclusivamente contra o império espanhol na defesa das terras portuguesas.

No entanto, não é pertinente a noção de fronteira aberta e do acesso ilimitado a terras. Há exemplos de chefes militares que mandavam atear fogo aos pastos e ranchos de moradores que residiam em áreas fronteiriças, ao saberem sobre o avanço espanhol, para que não restasse nada ao inimigo. Após a pacificação do território esses chefes militares se apossam desse terreno, que até então estava sendo defendido pelos soldados rasos e outros ocupantes pobres, os expulsando (Osório, 2008).

A prática de arrendamento, a qual está relacionada ao uso de terras para atividades agrícolas, e o “viver a favor”, são indicadores da monopolização das terras com melhor localização. Esta condição deixa em evidência que a fronteira de

terras ocupadas esteve fechada em diversos momentos, o “fechamento” da fronteira causou conflitos com relação ao aprimoramento de terras que se opunha aos grandes pecuaristas, os quais também desempenhavam funções militares (OSÓRIO, 2008).

Os campos foram apropriados por coronéis latifundiários (em sua maioria republicanos) que detinham o poder local. Já as áreas de mata, utilizadas para a exploração da erva-mate, foram ocupadas pela população cabocla (em sua maioria federalistas), que muitas vezes era nômade (ARDENGHI, 2007). Isso gerou uma dicotomia, existindo uma polarização entre os homens do campo e os homens da mata. Esses dois grupos estavam constantemente em conflito (SOARES, 1974 p.250, como citado em ARDENGHI, 2007).

Com a Lei de Terras, os pequenos proprietários tiveram dificuldade de registrar as suas terras, tanto por falta de recursos financeiros, como por dificuldade de contestar as reivindicações dos grandes fazendeiros. As tensões por conta da posse de terra aumentaram com a privatização de terras públicas e com a imigração europeia.

O governo tratou das terras de mata como se fossem terras vazias, deixando de considerar as populações que utilizavam esse espaço, como os extrativistas e agricultores de subsistência. O que levou essas populações a perderem as suas terras e formas de geração de renda. A exemplo da população cabocla que utilizava as terras públicas de forma nômade para atividades extrativistas, principalmente a erva-mate, que constituía uma fonte importante de renda tanto para a população como para os municípios (ARDENGHI, 2007). Esse avanço sobre terras públicas, diminuiu o espaço destinado à economia de cooperação cabocla, que é um exemplo de organização contra-hegemônica.

Outro fator gerador de conflitos foi a destinação de terras para os imigrantes europeus. O governo do Rio Grande do Sul transferiu grandes quantidades de terras para companhias de colonização, que ficavam responsáveis por distribuir lotes de terras para os imigrantes, assim como construir a infraestrutura necessária para o crescimento e desenvolvimento dessas regiões. Porém, essas terras já estavam ocupadas por populações que faziam o seu uso. Essas companhias não levavam isso em consideração, apenas loteavam e vendiam essas terras a terceiros, quando os imigrantes chegavam lá, descobriram que o lote que lhe fora prometido já estava sendo ocupado. As disputas judiciais se prolongaram por anos até serem resolvidas, o que contribuiu ainda mais para o aumento dos conflitos. Em outros casos, os ocupantes eram despejados à força (ARDENGHI, 2007).

Os imigrantes europeus não constituíam uma ameaça às oligarquias regionais, visto que ocupavam áreas de mata, com os campos já estando ocupadas pelos oligarcas. A imigração europeia estabeleceu as bases da pequena propriedade rural e, portanto, um novo modo de aproveitar o solo.

A população cabocla era excluída das terras e oprimida pelos coronéis, que detinham o poder econômico e controle sobre os cargos públicos. Os caboclos de “fortaleza”, hoje constituída pelos municípios de Severino, Boa Vista das Missões e Jaboticaba, participaram ativamente da Revolução Federalista, lutando contra os coronéis que representavam o poder e sua opressão. Nessa região, o conflito entre caboclos e elites locais continuou por quase toda a república velha.

4. CONCLUSÕES

A breve apresentação expressa nesse tema uma contínua pesquisa, que se encontra em sua fase inicial, onde se começa a entender que os movimentos aberrantes no período colonial, os quais oferecem um primeiro indício dos excluídos da terra na contemporaneidade. A pesquisa sobre a Lei de Terras mostra que, além de excluir a posse, ela indica a existência de uma pessoa que se relaciona com a terra de uma forma mais nômade, o qual não se limitaria ao conceito tradicional de posse.

Foi levantada a possibilidade de que os conflitos de banditismo e invasão de terras durante a Revolução Federalista possam ter se originado de conflitos de posse de terras.

Em uma próxima fase do estudo, será imprescindível pesquisar como se compôs o campesinato gaúcho à partir da política de branqueamento, a qual resultou na imigração. Esse aprofundamento poderá fornecer uma compreensão sobre a genealogia do movimento aberrante gaúcho, delimitando uma linha de proveniência que conecta o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os outros movimentos de luta pela terra. Também fica a necessidade de estudar as populações indígenas e quilombolas que contribuíram significativamente para entendermos as formas aberrantes de ocupação da terra e, especialmente, os excluídos da terra.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARDENGHI, Lurdes Grolli. A questão da terra na ocupação do norte: caboclos, ervateiros e coroneis. In: AXT, A.L.S.R.G.; GOLIN, N.B.T. **República Velha (1889-1930) Tomo I.** Passo Fundo: Méritos, 2007. Cap.16, p.465-498.

LAPOUJADE, D. **Deleuze, os movimentos aberrantes.** São Paulo: N-1 Edições, 2015

OSÓRIO, H. Formas de vida e resistência dos lavradores-pastores do Rio Grande do Sul do período colonial. In: MOTTA, M.; ZARTH, P. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história.** São Paulo: UNESP, 2008. Cap.2, p.43-62.